



## Agricultura familiar no RS, questões de gênero e COVID-19

De acordo com os dados do Censo Agro 2017, o número de mulheres envolvidas na agropecuária tem aumentado no país. Entre as 992.408 pessoas envolvidas com a agropecuária no Rio Grande do Sul, 34% são mulheres e entre estas 273.167 (32%) estão dentro dos parâmetros legais definidos para agricultura familiar. Aqui, é relevante fazer a ressalva de que o número de mulheres efetivamente envolvidas na agropecuária é provavelmente maior, mas o reconhecimento de seu papel e atuação nem sempre é reconhecido se expressando de forma baixa nas pesquisas de instituições oficiais, tema problematizado em pesquisas acadêmicas.

Quando analisamos a distribuição no território das mulheres ocupadas com atividades agropecuárias e sua relação percentual ao total deste segmento, os COREDES Sul, Centro Sul, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari, Missões, Noroeste Colonial, Celeiro, Rio da Várzea e Médio Alto Uruguai se destacam com populações com maior representatividade. Entre estes estão os COREDES com maior número de agricultores familiares no RS– Vale do Rio Pardo, Celeiro, Sul e com menor condição de atendimento qualificado para a COVID -19, apresentando baixíssima ou nenhuma disponibilidade de leitos de UTI conforme reportado em análise anterior.

O Censo Agro 2017 pesquisou pela primeira vez o compartilhamento de direção nos estabelecimentos, sendo, portanto, um dado inédito e incomparável aos Censos anteriores e uma expressão do reconhecimento do IBGE do papel das agricultoras na gestão das propriedades. Para o RS, temos 35.851 mulheres dirigindo estabelecimentos agropecuários. Ainda que em termos percentuais o número seja menor do que os homens em todas as regiões, além da invisibilidade já mencionada acima, é necessário considerar a sobrecarga de trabalho devido a dupla e tripla jornada impostas pelas relações patriarcais de gênero no Brasil.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgado pelo IBGE em 2018, indicou que as brasileiras passam o dobro do tempo envolvidas com afazeres domésticos e atividades de responsabilidade por crianças, idosos ou enfermos, quando comparadas com o tempo dedicado pelos homens para as mesmas atividades. Considerando o contexto vivido na pandemia, a tendência é de uma sobrecarga maior, seja pelo fechamento das escolas ou aumento dos enfermos. Esse dado também se reflete no rural e na agricultura, diferentes pesquisas mostram que as agricultoras têm um papel de destaque na produção para o autoconsumo, sendo este nem sempre estimado ou contabilizado na produção total que prioriza as variedades



# ObservaDR/Covid-19



comercializadas. No entanto, é um trabalho essencial para a manutenção da saúde, a segurança alimentar e a reprodução social da família.

Outro aspecto a ser considerado, é a violência doméstica que tem aumentado no país durante a pandemia, conforme informa o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Apesar de não termos tido sucesso em obter dados específicos às áreas rurais do Rio Grande do Sul, é muito provável que essa tendência nacional seja verdadeira. Neste contexto, é profícuo alertar que dos 47 pontos de serviços especializados para este tipo de atendimento (Delegacias, Postos Policiais e Cartórios de Atendimento à Mulher) todos estão em áreas urbanas, tornando mais difícil não só a denúncia quanto o assessoramento das vítimas. Além disso, são justamente as regiões com baixo número de agricultores familiares e maior população urbana (Metropolitana, Vale do Rio dos Sinos, e Vale do Caí) as mais bem atendidas com uma densidade de pontos de serviços especializados. Assim, a invisibilidade social, a sobrecarga de trabalho, falta de serviços de saúde e de assistência a violência colocam as agricultoras do Estado em uma condição de maior vulnerabilidade frente a COVID-19.

**Potira V. Preiss** (bióloga, pesquisadora Pós- Doc no Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNISC).

**Jaime Weber** (agrônomo, doutorando no Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNISC).

**Carolina Faccin** (arquiteta e urbanista, mestranda em Planejamento Urbano e Regional - PROPUR-UFRGS).

**Lavinia Lopes de Mello** (contadora, mestranda no Programa de Pós-Graduação e Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNISC).

